



# ENERGIA, PETRÓLEO, AMARINHA

## e os recursos do mar

Joel Mendes Rennó\*

O comportamento do mercado mundial globalizado, repleto de avanços tecnológicos, poderosas empresas multinacionais, sobretudo de energia, de petróleo especificamente, e das bolsas de valores internacionais, revela a consistência desse processo de união, onde ao mesmo tempo ocorrem inegáveis contradições.

O progresso da ciência e de inúmeros países é vertiginoso, a informação é de longe o produto mais valioso para as companhias. Porém, ao lado de tantos êxitos mundiais, bilhões de pessoas no nosso planeta permanecem ainda analfabetas, sentem fome, não têm água potável à sua disposição e, dessas, 1 bilhão vivem em condições de desigualdade, sendo que nos próximos 25 a 30 anos esse número deve dobrar, quando a população mundial terá alcançado cerca de 9 bilhões de habitantes. Atualmente, essa população é de 7,5 bilhões.

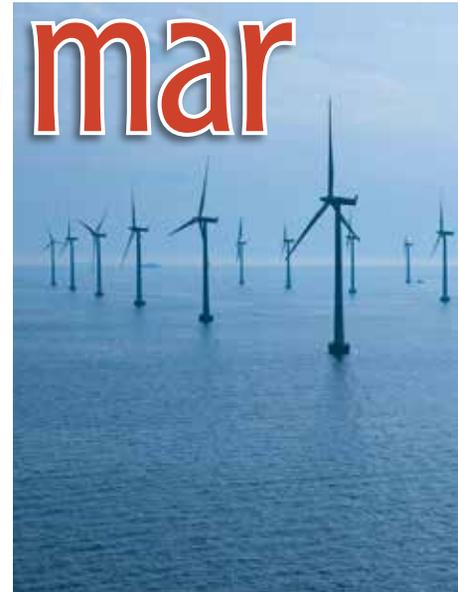
As nações mais pobres no conceito universal são exatamente aquelas que não contam com energia suficiente para o seu desenvolvimento, sua prosperidade.

A energia é a força consagrada para diminuir as

desigualdades e representa, num sistema analítico, decisão da maior importância na atividade política de um país.

Sobre o assunto existem, atualmente, três certezas irrefutáveis: a primeira é a de que a energia é tema sensível para todos os países, não importando seu tamanho ou progresso; a segunda é de que a energia é essencial para o efetivo desenvolvimento e a sua distribuição estabelece parâmetros em escala mundial e regional; e a terceira é que a energia pode representar, em alguns casos, situações de tensão entre países.

O mundo defronta-se, na realidade, com duas crises nesse aspecto. A primeira decorre da escassez e da tradicional competição geopolítica por poder. Consiste na disputa pela apropriação dos recursos naturais,





envolvendo as maiores economias do planeta – as que mais consomem energia.

A Agência Internacional de Energia (AIE) advertiu que poderá haver um “grande aperto” no mercado mundial de petróleo no curso das próximas décadas. As demandas da China e de outras economias emergentes estão crescendo rapidamente. A disputa para encontrar novas reservas é um tipo familiar de conflito reminescente do “Grande Jogo” dos Séculos XIX e XX ou de outros entrechoques imperiais.

A segunda crise energética é relativamente nova. Sua origem são as mudanças climáticas. Esta exige cooperação internacional, em vez de competição. A primeira crise leva políticos e empresários a buscar

cada vez mais petróleo, e a segunda exige a redução da dependência das economias com relação aos hidrocarbonetos.

O progressivo desenvolvimento de alternativas energéticas “limpas” reduzirá a dependência do petróleo e do gás. É também crucial um corte nas emissões de dióxido de carbono. O problema é o tempo que decorrerá para que essas alternativas sejam desenvolvidas suficientemente para frear a demanda por petróleo e gás.

Embora o debate sobre o aquecimento mundial continue a gerar mais discussão do que efetivas mudanças, a busca de novas fontes de petróleo e gás continua intensa.

Exigências indiscutíveis para o desenvolvimento dos países são as de que possuam abundância de energia e sólida base alimentar. Nesse aspecto, a situação brasileira é privilegiada. Produzimos energia de várias fontes primárias, utilizando a água (hidroeletricidade), a potência do sol e dos ventos, a cana-de-açúcar, além do petróleo e gás natural. Setenta por cento do que consumimos é “energia limpa”, renovável. Também somos fortes produtores e exportadores de produtos agrícolas, graças ao êxito do nosso agronegócio.

Nos últimos 25 anos, o aumento da produção nacional de petróleo situou o nosso País em níveis internacionais. Em 1992, por exemplo, a produção brasileira era cerca de 620 mil barris por dia, quando o consumo nacional atingia 1 milhão de barris diários. Sete anos depois, em 1999, a produção dobrou, alcançando 1 milhão e 250 mil barris diariamente.

Ao lado desse resultado altamente positivo, destaca-se que, ao mesmo tempo, as campanhas exploratórias continuavam sendo realizadas intensamente, permitindo o continuado aumento da produção. Hoje em dia, esse volume atinge cerca de 3 milhões de barris diários. Do total produzido, mais de 85% são obtidos na plataforma continental, particularmente nas bacias de Campos, do Espírito Santo e de São Paulo, onde a presença da Marinha do Brasil é fundamental na proteção dos nossos recursos do mar.

O setor de petróleo no País passou por fundamental modificação legal e estatutária em 1995, com a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 9, de 9 de novembro daquele ano, que alterou o artigo 177 da Constituição Federal, permitindo à União, pela primeira vez, contratar empresas estatais ou privadas, nacionais ou internacionais para a realização das atividades no setor petrolífero, até então exercidas com exclusividade pela Petrobras, detentora do monopólio estabelecido na sua criação (1953). Em 6 de agosto de 1997, foi sancionada a Lei nº 9.478, dispendo sobre a nova política do setor de petróleo nacional, ao mesmo tempo em que instituiu o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

No artigo 45 da Lei nº 9.478, encontram-se estabelecidas as participações governamentais nos Contratos de Concessão, isto é, bônus de assinatura, *royalties*, participação especial e pagamento pela ocupação ou retenção de área.

A parcela do valor dos *royalties* previstos no Contrato de Concessão, correspondentes ao montante mínimo de 5% da produção, é distribuída da seguinte forma:

- **Em terra:**
  - 70% Estados produtores;
  - 20% Municípios produtores;
  - 10% Municípios com instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural.
- **Na plataforma continental, onde a presença da Marinha do Brasil é preponderante:**
  - 20% Comando da Marinha;
  - 30% Estados confrontantes com poços;
  - 30% Estados confrontantes com poços e respectivas áreas geoeconômicas;
  - 10% Fundo Especial (estados e municípios);
  - 10% Municípios com instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural.

A parcela do valor dos *royalties* previstos no Contrato de Concessão que excede ao montante mínimo de 5% da produção é distribuída na forma do disposto no artigo nº 49 da Lei nº 9.478 de 1997:

- **Em terra:**
  - 52,5% Estados produtores;
  - 25% Ministério da Ciência e Tecnologia;
  - 15% Municípios produtores;
  - 7,5% Municípios afetados por operações nas instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural;
- **Na plataforma continental:**
  - 15% Comando da Marinha;
  - 25% Ministério da Ciência e Tecnologia;
  - 22,5% Estados confrontantes com campos;
  - 22,5% Municípios confrontantes com campos;
  - 7,5% Fundo especial (estados e municípios);
  - 7,5 Municípios afetados por operações nas instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural;

Os recursos provenientes dos *royalties* são repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda às entidades nomeadas.

Deve-se assinalar que a participação da Marinha do Brasil na proteção dos nossos recursos do mar é extremamente valiosa, lembrando que os maiores e mais importantes sistemas de produção de petróleo do Brasil encontram-se na costa marítima, como as plataformas e respectivos equipamentos, e os dutos de transporte dos produtos.

O setor de petróleo nacional é uma das atividades mais comentadas no País. Novas descobertas e o aumento da produção vêm se sucedendo com frequência e há natural interesse pelo desenvolvimento da denominada Pré-Sal. Com a intensa atividade que



ocorre nessa área, a produção brasileira poderá alcançar, dentro de alguns anos, e antes do final desta década, a marca de 6 a 7 milhões de barris diários, o que situará o País como um dos 5 maiores produtores mundiais, ao lado dos Estados Unidos, Arábia Saudita, Rússia e Canadá. Atingindo esses volumes, o País certamente poderá ser exportador de petróleo.

É indiscutível que esse setor nacional possui legitimamente um passado de sucesso a comemorar e as perspectivas do futuro contemplam êxito no trabalho de todas as companhias que atuam na área.

Este futuro deverá ter a marca do realismo e da humildade, duas virtudes que invariavelmente andam juntas. Realismo no reconhecimento das amplas possibilidades do Brasil, lembrando as naturais dificuldades

de todos os trabalhos. Humildade para se entender que a construção de uma nação e a consolidação de empresas fortes e organizadas impõe, sobretudo, o esforço conjunto de uma sociedade inteira, unida pelos laços multiplicadores da solidariedade nacional.

Os valores da sociedade brasileira priorizam o progresso. E o Brasil tem essa mística, evidenciada, inclusive, na nossa bandeira.

A confiança de que o progresso que desejamos venha a ser promovido, cada vez mais, pela Administração Superior do País, é a nossa mais robusta esperança para o futuro. ■

---

*\*Engenheiro  
Presidente da Companhia Vale do Rio Doce – 1977/1979.  
Presidente da Petrobras – 1992/1999.*

